

Pedro Alexandre de Castro Almeida.
Tânia Marisa Moura Silva Canas.

Candidata excluída por ter obtido no método de selecção — avaliação psicológica, classificação de 8,00 valores, nível classificativo de reduzido: Andreia Filipa Vieira Teixeira.

Almada, 04 de Junho de 2010. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Gonçalves*.

303356821

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 12151/2010

Para os devidos efeitos se faz público que o Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados deliberou, em reunião de 21 de Maio de 2010, nos termos do n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e conforme informação interna que lhe foi presente, anular o procedimento concursal comum para ocupação, em regime de emprego público por tempo indeterminado, de um posto de trabalho de Técnico Superior — Licenciatura em Jornalismo, a que se refere o aviso n.º 8576/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 29 de Abril de 2010.

Secretaria dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, 27 de Maio de 2010. — A Administradora (por subdelegação de competências), *Maria José Barata Baptista*.

303335648

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE PENICHE

Aviso (extracto) n.º 12152/2010

Torna-se público que por deliberação de 28 de Maio de 2010, do Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados, para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e nos termos previstos na Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, na sequência dos respectivos Procedimentos Concurrais Comuns, abertos por aviso publicitado no *Diário da República*, n.º 199 de 14 de Outubro de 2009, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Assistente Operacional, com início a 1 de Junho de 2010, com os seguintes trabalhadores:

Luís Filipe Raimundo Caetano, com a remuneração mensal ilíquida de 683,13€ correspondente à 5.ª posição e nível remuneratório 5 da categoria de Assistente Operacional.

Paul Baptista Santos, com a remuneração mensal ilíquida de 475,00€, correspondente à 1.ª posição e nível remuneratório 1 da categoria de Assistente Operacional.

Rui Manuel Dias Santos, com a remuneração mensal ilíquida de 475,00€, correspondente à 1.ª posição e nível remuneratório 1 da categoria de Assistente Operacional.

Serviços Municipalizados de Peniche, 02 de Junho de 2010. — O Administrador, por delegação do Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Serafim Silva Abrantes*.

303341211



PARTE I

UNIÃO NACIONAL DE ARTES MARCIAIS — DO UNAM

Anúncio (extracto) n.º 5602/2010

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura de dez de Março de dois mil e cinco, lavrada com início a folhas quarenta e oito, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Cinco-I, do Cartório Notarial de Sintra a cargo do Notário António José Tomás Catalão, foi constituída uma Associação denominada “União Nacional de Artes Marciais — DO UNAM”, com sede na Rua das Rosas, número vinte, primeiro andar — D, na localidade e freguesia de Massamá, concelho de Sintra, tendo por objecto desenvolver e incentivar a prática de actividades sociais, educativas, desportivas e culturais.

Podem ser sócios da “União Nacional de Artes Marciais — DO UNAM” todos os indivíduos interessados em participar nos fins previstos no artigo segundo destes estatutos e que se inscrevam e aceitem os estatutos e os regulamentos internos aprovados em assembleia geral.

Os associados podem exonerar-se, a qualquer momento, desde que liquidem as suas dívidas para com a instituição até à data da exoneração e só podem ser excluídos por falta grave, apreciada pela direcção e após ratificação pela primeira reunião da Assembleia-geral.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Sintra, 8 de Junho de 2010. — A Notária, *Ana Sofia Valada Roque*.

303355736



PARTE J1

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Aviso n.º 12153/2010

Procedimento concursal para provimento de cargo de Dirigente Intermédio de 2.º grau

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto,

faz-se público que a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), pretende proceder à abertura de procedimento concursal para provimento do seguinte cargo:

1 — Vaga: Chefe de Divisão do Gabinete de Estudos e Organização da ASAE, local — Lisboa.

2 — Área de actuação do cargo a prover — definida no Despacho n.º 23912/2008 de 23 de Setembro.

3 — Requisitos legais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto designadamente:

a) Ser trabalhador nomeado, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou trabalhador com contrato em regime de funções públicas integrado na carreira técnica superior, li-

enciado, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

b) Ser detentor de quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

4 — Requisitos preferenciais:

- a) Capacidade de análise, de planeamento e organização;
- b) Capacidade de desenvolvimento e motivação;
- c) Experiência profissional relacionada com a área profissional posta a concurso;
- d) Capacidade de liderança.

5 — Composição do Júri:

Dr. Francisco Dias Lopes, Subinspector-Geral da ASAE, que preside;
Dra. Ana Maria Nunes, Chefe da Divisão de Recursos Documentais da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;

Dr. Manuel Augusto Meirinho Martins, Professor Associado com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL

6 — O Método de selecção a aplicar de acordo com o n.º 1 do art.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto será a entrevista pública.

7 — Prazo e Formalização das Candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, do qual conste expressamente o cargo a que se candidata, dirigido ao Inspector-Geral da ASAE, entregue pessoalmente durante as horas normais de funcionamento da Secção de Expediente, sita na Av. Conde de Valbom, n.º 98, 1064-824 Lisboa, ou por carta registada com aviso de recepção, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicitação da vaga na bolsa de emprego público.

O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) Declaração actualizada, emitida pelo organismo com o qual o candidato mantém uma relação jurídica de emprego público, da qual constem a carreira ou categoria (no caso de carreiras pluricategoriais), o serviço a que pertence, a modalidade de emprego público (nomeação ou contrato de trabalho em funções públicas), tempo de serviço na carreira e na função pública da qual conste expressamente os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Outros documentos considerados pertinentes para avaliação do perfil.

8 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreva, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9 — O júri poderá considerar que nenhum candidato reúne condições para ser nomeado.

10 — Os candidatos serão notificados do resultado do concurso, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme estabelece o n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Lisboa, 26 de Abril de 2010. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.
203365804

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Aviso (extracto) n.º 12154/2010

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal de selecção para recrutamento de um Chefe de Divisão de Aquicultura, constante da Portaria n.º 219-N/2007, de 28 de Fevereiro (cujas competências se encontram previstas no n.º 8, do Despacho n.º 6532/2007, de 3 de Abril, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 66), da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, sita na Avenida Brasília, em Lisboa.

2 — A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do Júri e dos métodos de selecção, será publicitada, durante 10 dias úteis, na bolsa de emprego público (BEP), a partir da data da publicação do presente aviso.

Lisboa, 9 de Junho de 2010. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda Guia*.

203366241

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Aviso n.º 12155/2010

1 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciado escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 — A Universidade da Madeira pretende proceder ao preenchimento de uma vaga de cargo de Direcção Intermédia de 4.º grau para o Gabinete de Imagem e Relações Públicas, pelo que, nos termos do disposto no artigo 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, se tornam público os seguintes elementos:

3 — Vaga — Cargo de Direcção Intermédia de 4.ª grau

4 — Requisitos gerais de admissão.

a) Possuir licenciatura nas áreas de: Ciências Sociais

5 — O perfil pretendido é o seguinte — competência técnica e aptidão comprovada para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, capacidade de liderança e organização dos serviços públicos.

6 — Critério preferencial: Experiência em Comunicação Social

7 — Local e condições de trabalho — o local de trabalho é na Universidade da Madeira. As condições de trabalho e as regalias sociais são vigentes para o cargo posto a concurso.

8 — Métodos de selecção — são utilizados os seguintes métodos, sem carácter eliminatório:

a) Avaliação Curricular

b) Entrevista pública.

9 — Forma de provimento — nomeação, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

10 — Prazo e formalização das candidaturas — os interessados no preenchimento do cargo deverão enviar a sua candidatura no prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso, mediante requerimento dirigido ao Magnífico Reitor da Universidade da Madeira, Colégio dos Jesuítas, Rua dos Ferreiros, 9000-082 Funchal, entregue pessoalmente na respectiva Unidade de Recursos Humanos, ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do respectivo prazo dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, nacionalidade, estado civil, nacionalidade, data de nascimento, situação militar, elementos do respectivo bilhete de identidade/cartão de cidadão, residência, código postal e telefone);

b) Habilitações académicas;

c) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidatam;

d) Formação profissional;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

11 — O processo de candidatura deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* actualizado, datado e assinado pelo candidato;

b) Documentos comprovativos das habilitações académicas e da formação profissional;

c) Documento comprovativo do preenchimento dos requisitos exigidos.

d) Fotocópia do bilhete de identidade/cartão de cidadão

12 — A publicação na BEP do presente procedimento concursal será efectivada no dia seguinte à publicação no *Diário da República* do presente aviso, e em órgão de imprensa de expansão nacional